

DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS – A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL FLORESTAN FERNANDES

Patrícia Maria de Souza Santana¹

Patrícia Mendonça Alves Pereira de Souza²

João Manoel Ferreira Gomes³

Resumo: O presente artigo relata uma experiência da Escola Municipal Florestan Fernandes, situada na região norte de Belo Horizonte, e referência na implementação da LDB 9394/96, alterada pela lei 10639/03, ao longo de quase uma década. Será analisada a importância da institucionalização da temática racial na escola, destacando-se a gestão escolar e o trabalho coletivo como componentes fundamentais para a efetivação de uma educação para as relações raciais e antirracismo. Pretende-se enfatizar o projeto “O Direito à Liberdade Religiosa na Escola: Construindo Valores Éticos para uma Convivência Pacífica”, realizado em 2016, como experiência exitosa no enfrentamento à intolerância religiosa que acomete principalmente as matrizes religiosas africanas e afro-brasileiras.

Palavras-chave: educação; diversidade religiosa; relações raciais.

CHALLENGES IN THE EFFECTIVENESS OF AN EDUCATION FOR RACIAL RELATIONS - THE EXPERIENCE OF THE MUNICIPAL SCHOOL FLORESTAN FERNANDES

Abstract: This article presents an experience of Florestan Fernandes Municipal School, located in the northern region of Belo Horizonte, and a reference in the implementation of LDB 9394/96, modified by law 10639/03, over a decade. It will be analyzed the importance of the institutionalization of the racial theme in the school, emphasizing the school management and collective work as fundamental components for the realization of an education for racial and anti-racist relations. It is intended to emphasize the project "The Right to Religious Freedom in School: Building Ethical Values for a Peaceful Coexistence", held in 2016, as a successful experience in facing religious intolerance, that mainly affects African and Afro-Brazilian religious matrices.

¹ Graduada em História pela UFMG. Mestra e doutora em educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (Escola Municipal Florestan Fernandes).

Integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG e do Grupo de pesquisa Educação Escolar Quilombola – GPEQ da UFMG. Temas de interesse: relações raciais e educação, educação e infância quilombola, educação e cinema.

² Graduação em Normal Superior pela UFMG. Professora da Educação Básica na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Vice-Diretora da Escola Municipal Florestan Fernandes.

³ Licenciado em História pela UFMG. Especialista em Docência na Educação Básica pela UFMG. Professor de História na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (Escola Municipal Florestan Fernandes).

Keywords: education; religious diversity; race relations

DEFIS DANS L'EFFICACE D'UNE EDUCATION POUR LES RELATIONS RACIALES – L'EXPERIENCE DE L'ECOLE MUNICIPALE FLORESTAN FERNANDES

Résumé: Cet article rapporte une expérience de l'école municipale Florestan Fernandes, située dans la région nord de Belo Horizonte, et une référence dans la mise en œuvre du LDB 9394/96, modifié par la loi 10639/03, depuis près d'une décennie. Il sera analysé l'importance de l'institutionnalisation du thème racial dans l'école, en insistant sur la gestion de l'école et le travail collectif comme éléments fondamentaux pour la réalisation d'une éducation aux relations raciales et antiracistes. Il vise à souligner le projet « Le droit à la liberté religieuse à l'école: Construire des valeurs éthiques pour une coexistence pacifique », organisé en 2016, comme une expérience réussie face à l'intolérance religieuse qui affecte principalement les matrices religieuses africaines et afro-brésiliennes.

Mots-clés: education; diversité religieuse; relations raciales

DESAFÍOS EN LA EFECTIVACIÓN DE UNA EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES RACIALES – LA EXPERIENCIA DE UNA ESCUELA DE LA MUNICIPALIDAD FLORESTAN FERNANDES

Resumen: El presente artículo relata una experiencia de la Escuela Municipal Florestan Fernandes, situada en la región norte de Belo Horizonte, y referencia en la implementación de la LDB 9394/96, modificada por la ley 10639/03, a lo largo de casi una década. Se analizará la importancia de la institucionalización de la temática racial en la escuela, destacándose la gestión escolar y el trabajo colectivo como componentes fundamentales para la efectivización de una educación para las relaciones raciales y antirracismo. Se pretende enfatizar el proyecto "El Derecho a la Libertad Religiosa en la Escuela: Construyendo Valores Éticos para una Convivencia Pacífica", realizado en 2016, como experiencia exitosa en el enfrentamiento a la intolerancia religiosa que acomete principalmente a las matrices religiosas africanas y afrobrasileñas.

Palabras-clave: educación; diversidad religiosa; relaciones raciales

HISTÓRICO DA INSERÇÃO DA TEMÁTICA RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL FLORESTAN FERNANDES

Desde 2008 a Escola Municipal Florestan Fernandes⁴, localizada na cidade de Belo Horizonte, desenvolve de forma contínua projetos pedagógicos com enfoque na temática das relações étnico-raciais. Em 2009 teve início a realização de uma série ininterrupta de mostras anuais de trabalhos resultantes destes projetos que passou a ser denominada Mostra de Cultura Afro-Brasileira e Africana.⁵ A experiência da EMFF é reconhecida nacionalmente, tendo vencido o Prêmio Educar Para Igualdade Racial

⁴ Doravante designada pela sigla EMFF.

⁵ Doravante designada pela sigla MCABA.

promovido pelo Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades (CEERT) por duas vezes (2010 e 2012). Também em reconhecimento pelas experiências exitosas na implementação da Lei 10.639/03, recebeu no ano de 2010 o “Selo Educar para a Igualdade Racial” da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E em 2016 recebeu o “Selo BH Sem Racismo” conferido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Este último foi criado para reconhecer instituições públicas e privadas de Belo Horizonte que promovem a igualdade racial através de suas ações institucionais.

A mostra compreende a culminância dos trabalhos desenvolvidos em variados espaços e programas ou projetos da escola. Conta também com o envolvimento de amplo leque de participação: são professoras e professores, diretoras e membros da coordenação pedagógica, estudantes, estagiários, monitores, demais servidores da escola, moradores do bairro de demais segmentos da comunidade escolar que se articulam num esforço conjunto em torno da temática nos mais variados enfoques.⁶

Os temas, desde a primeira edição, são muito variados tais como: identidade negra, racismo, desigualdades raciais, legado civilizatório dos povos africanos no Brasil, mulheres negras, literatura afro-brasileira, cinema negro etc. Convém destacar que o projeto com a temática étnico-racial foi institucionalmente assumido pela escola, o que significa que existe o empenho da gestão escolar na manutenção e desenvolvimento da proposta. Direção e coordenação se empenham de forma planejada para colocar à disposição das pessoas diretamente envolvidas com os projetos os recursos materiais e humanos necessários à sua consecução. Ressalte-se o apoio pedagógico e as formações em serviço, realizadas sistematicamente desde o ano de 2009, envolvendo diversos segmentos da comunidade escolar. Aliado ao compromisso dos profissionais da escola temos um resultado que é reconhecido pela comunidade e escolar e também pelos gestores públicos e representantes de organizações do movimento negro que destacam o sucesso das experiências realizadas na EMFF.

Em 2015 a escola deu mais um passo na consolidação do seu projeto institucional elegendo a temática das comunidades quilombolas para ser trabalhada em todas as turmas. Foi uma experiência singular, pois permitiu o aprofundamento de uma

6 Sendo inúmeras as pessoas e instituições que nos auxiliaram no desenvolvimento de nossos projetos, achamos não ser conveniente citá-las no espaço deste relato. Desde já externamos nosso reconhecimento a elas, aguardando a oportunidade de poder nominalmente reconhecer sua contribuição.

temática que normalmente não é abordada pela maioria das escolas brasileiras. Os quilombos, símbolos vivos da resistência negra no Brasil, ainda são vistos de forma muito estereotipada nos currículos de nossas escolas. O projeto permitiu que fizéssemos uma primeira ultrapassagem em direção à necessidade de conferir maior visibilidade para a temática quilombola na escola, não só do ponto de vista histórico, mas sobretudo, do ponto de vista de suas lutas atuais, pela afirmação de seus traços culturais prevaletentes em meio à afirmação e garantia de seus direitos coletivos e constitucionais.

O tema dos quilombos foi trabalhado de forma interdisciplinar nos três ciclos do ensino fundamental.⁷ Cada grupo de turmas de cada ciclo optou por um subtema que foi desenvolvido de acordo com a faixa etária dos estudantes. Assim, foram produzidos trabalhos sobre a musicalidade nos quilombos, brincadeiras nos quilombos, crianças quilombolas, juventude quilombola, histórias contadas nos quilombos, ofícios afro-brasileiros e quilombolas, o tratamento da saúde nos quilombos, saberes e sabores quilombolas e festas quilombolas. A inovação ficou por conta não somente das abordagens e subtemas como também pelo grande número de apresentações culturais como danças e esquetes teatrais. Os conhecimentos produzidos em sala de aula concretizaram-se a partir de práticas que ampliaram a noção de conhecimento, não fazendo dissociação entre o conhecimento denominado científico e o conhecimento denominado tradicional – embora tal distinção não deixasse de ser operacionalizada do ponto de vista pedagógico com o intuito de demarcar os variados e possíveis modos de se pensar o conhecimento e o saber sem que isso significasse hierarquizá-los de forma estéril, atribuindo a uns ou a outros valores e positivações sem atentar para os variados contextos em que são produzidos e circulam, adquirindo seus valores específicos.

Nessa perspectiva optou-se pelo termo saberes que imprimiu uma visão mais alargada do que estava sendo considerado como conhecimento. Buscou-se um entrelaçamento das discussões teóricas com formas lúdicas e colaborativas na produção desses saberes. Também foi realizada uma visita ao Quilombo Mangueiras, situado nas proximidades da escola – regional administrativa Norte de BH. Os professores e as

⁷ As escolas da Rede Municipal e Educação de Belo Horizonte eram então organizadas em ciclos de aprendizagem: 1º Ciclo da Infância (6/7 aos 8/9 anos de idade), 2º Ciclo da Pré-adolescência (9/10 aos 11/12) e 3º Ciclo da Adolescência (12/13 a 14/15 anos).

professoras também participaram do Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais realizado no período de 6 a 8 de novembro de 2015 no espaço FUNARTE. Cabe salientar que a participação dos profissionais de educação da EMFF nesse festival, correspondeu a uma das diversas etapas de formação realizadas pela escola que compreendeu ainda: grupos de estudos para aprofundamento da temática, encontros por grupos de trabalho para organização e planejamento e minicurso com especialista sobre o tema.

Os produtos dessa VII MCABA compreenderam materiais didático-pedagógicos que servirão de base para outros trabalhos da escola. As metodologias adotadas, os trabalhos produzidos, os materiais consultados bem como todo o processo de produção da mostra compreenderam uma rica experiência que, se posta em circulação, pode ser frutífera como base para troca de experiências e diálogos com as iniciativas de outras escolas ou instituições culturais que se dediquem à temática.

Outra novidade da VII MCABA foi a participação Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI Solimões, vinculada à EMFF. As atividades desenvolvidas pelas turmas de crianças de zero a cinco anos de idade, ratificaram a importância de se abordar a temática étnico-racial desde a primeira infância. Os trabalhos desenvolvidos foram encantadores e demonstraram que o empenho e o envolvimento de todos os profissionais propiciam experiências pedagógicas de qualidade, considerando que o trabalho contínuo na educação para as relações étnico-raciais é componente indispensável para uma educação de qualidade. De acordo com Carreira e Silva:

O que queremos destacar é que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade para todos e todas no Brasil sem enfrentar as desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a realidade brasileira, como as de renda, gênero (homens e mulheres), região, capo/cidade, as relativas a deficiências, orientação sexual, entre outras (Carreira e Silva, 2010, p. 12).

A EMFF está constantemente em busca dessa qualidade que inclui não somente a preocupação com os resultados acadêmicos dos estudantes, mas com a construção de ações que procuram promover o respeito a diversidade e a valorização do patrimônio histórico cultural dos povos que compõem a nação brasileira. São muitos os desafios para que essa qualidade se concretize e um deles está relacionado ao contexto no qual a escola está inserida. Sabemos da singularidade do lugar da escola que tem uma maioria

de famílias lideradas por mulheres, percentagem alta de beneficiários de programas sociais como o Bolsa família, maioria de estudantes autodeclarados pretos e pardos pelo Censo Escolar⁸, famílias com baixa escolaridade e região marcada por altos índices de violência. Este último componente contribui para a interrupção dos estudos por um número significativo de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a temática do respeito à diversidade e da educação para as relações raciais fazem parte do programa de gestão da escola bem como de sua proposta curricular e projeto político pedagógico.

A VIII MOSTRA DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (2016): DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA NA ESCOLA – CONSTRUINDO VALORES ÉTICOS PARA UMA CONVIVÊNCIA PACÍFICA

Figura 1. Painel colocado no portão da EMFF por ocasião da VII Mostra de Cultura Afro-Brasileira e Africana no dia 26/11/2016



Fonte: Arquivo da escola.

Em 2016 a EMFF ousou mais uma vez, e propôs como tema da VIII MCABA o direito à liberdade religiosa na escola com ênfase nas religiões de matriz africana e afro-brasileira. Esse tema, apesar de sua complexidade, é urgente e atual e merece ser abordado na escola que tem compromisso ético e institucional na implementação do

⁸ No Censo Escolar de 2017 de um total de 623 estudantes: 432 se declarou parda, 136 se declarou branca e 55 se declarou preta. Dados da Secretaria da EMFF/ Sistema de Gestão Escolar - SGE.



conjunto de legislações e normas que estabelecem para o campo da educação fazer valer o direito à manifestação respeitosa da diversidade.⁹

A religiosidade é parte integrante da história da humanidade e desde sempre cada povo e cultura expressaram e expressam credos diferenciados. Assim também, dentro das diversas formações sociais contemporâneas, existem grupos e pessoas que não expressam nenhum credo e nem possuem nenhuma crença religiosa. Sabemos que a religião foi e é motivo de conflitos em todas as partes do mundo. Apesar da maioria das religiões pregarem a importância do respeito à diversidade religiosa, na prática isso não acontece de forma plena. Muito pelo contrário, nos últimos tempos assistimos a uma verdadeira batalha de grupos religiosos das mais diversas vertentes que querem impor a sua fé e a sua verdade como sendo as únicas válidas. Assim, apoiados em posturas e práticas fundamentalistas, alardeiam críticas inconsistentes e preconceituosas contra determinados credos.

Algumas religiões são em especial alvo constante de intolerância e perseguição. No caso brasileiro, as religiões de matriz africana, afro-brasileira e indígena são historicamente discriminadas por grupos religiosos hegemônicos de matriz judaico-cristã.

O preconceito e a discriminação religiosa também estão presentes no espaço escolar e podemos citar como exemplo as chacotas, apelidos e nomes depreciativos dados às religiões de matriz africana, além do fato de muitas vezes serem elas associadas a entidades ligadas ao mal, a entidades demoníacas. As crianças, adolescentes e adultos que são umbandistas, candomblecistas e espíritas sofrem com essa discriminação e desenvolvem estratégias de resistência diversas para não serem alvo de discriminação. A principal delas talvez seja o silêncio quanto ao seu pertencimento religioso.

Além das questões da discriminação, as escolas públicas, que deveriam seguir a Constituição Federal no que concerne a laicidade do Estado, manifestam ou ostentam cotidianamente símbolos religiosos tais como: orações cristãs na entrada dos turnos,

⁹ Citamos como exemplo a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 alterada pela 10.639/03 (Art. 26 - A) e complementada pela 11.645/2008 estabelece que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena e Resolução do CME – (Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte) nº 003 de 20/11/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

músicas religiosas em eventos, símbolos materiais tais como crucifixo e imagens de santos, comemorações religiosas de vinculação cristã como Páscoa e Natal além da realização de missas e cultos ecumênicos por ocasião de solenidades de formatura ou outros. Essas expressões estão tão naturalizadas no interior das escolas que não provocam, em muitos casos, nenhum tipo de estranhamento ou questionamento. Constantemente escuta-se que a oração do “Pai Nosso” é universal, que alguns ritos religiosos são necessários no interior das escolas para contribuir com a cultura de paz, que as orações podem acalmar os estudantes etc. Nessa perspectiva, há a imposição de uma vertente religiosa em detrimento das várias possíveis que estão presentes na escola inclusive dos não religiosos, dos agnósticos, dos ateus.

O simples fato de não exigir que todos façam a oração não basta. É necessário buscar outras formas da escola se posicionar enfaticamente quanto ao respeito à diversidade religiosa e ao direito à liberdade religiosa como consta em nossa carta constitucional. Essa é uma tarefa que requer um processo de amadurecimento da instituição escolar. Esse amadurecimento deverá estar alicerçado em um planejamento bem constituído que demanda o envolvimento de um grupo significativo de profissionais.

Diante desse contexto a EMFF propôs o tema/projeto do direito à liberdade religiosa assumindo a construção e realização de um planejamento que envolveu todos os profissionais da escola, estudantes e comunidade escolar.

O CONTEXTO DA RELIGIOSIDADE NA EMFF

Para iniciar o projeto partiu-se do pressuposto de que os profissionais e estudantes e demais membros da comunidade escolar que constituem a EMFF estão vinculados a diversas denominações religiosas. Através de uma pesquisa realizada pela coordenação pedagógica, constatou-se que a maioria dos profissionais da educação e estudantes estão vinculados às denominações de caráter cristão. Ainda assim não há como desconsiderar os que pertencem a outros credos, sejam eles de matriz africana, sejam outras afiliações. Não podemos nos esquecer ainda dos que se declaram ateus ou agnósticos. Percebeu-se que a caminhada para a concretização do projeto deveria ser bem planejada e alicerçada principalmente na discussão no campo da ética e do respeito.

O primeiro desafio foi a definição precisa de que o eixo do trabalho seria a afirmação do direito à manifestação da diferença, e, sobretudo, o respeito a que ela se manifeste em sua inteireza. O desafio foi grande diante da complexidade da temática e também dos silenciamentos e naturalizações em torno das questões da religiosidade na escola.

No ano de 2010 houve já o esboço de uma experiência que corria nesse sentido. Isoladamente uma professora do segundo ciclo (crianças de 9/10 anos de idade) desenvolveu um projeto com sua turma visando desconstruir comportamentos preconceituosos dos estudantes com relação a manifestação religiosa de matriz africana. Dentre outras iniciativas, levou-os para uma visita a um terreiro localizado na mesma rua onde fica a EMFF. Lá puderam ouvir sobre o candomblé. Embora tenha sido um trabalho desenvolvido isoladamente, o projeto demonstrou que é completamente possível realizar essa abordagem na escola. No entanto, não há como negar que houve resistência por parte de algumas famílias, mas a professora conseguiu contornar a situação e todos/as estudantes realizaram a visita ao terreiro. Convém destacar que a professora que desenvolveu esse projeto é evangélica, o que é demonstração cabal da possibilidade de se construir diálogos respeitosos entre pessoas que se vinculam às mais diferentes crenças religiosas.

Além do terreiro de candomblé anteriormente citado, existem na rua da escola um templo evangélico e outro católico – fato por demais revelador da multiplicidade das manifestações de fé que nos circundam cotidianamente. Estudantes, familiares e funcionários da escola frequentam esses templos, mas a escola tem pouca interação com esses espaços. Já tivemos notícias e presenciamos em algumas ocasiões, estudantes nossos proferindo palavras depreciativas na porta do terreiro, chutando o portão etc.

Constantemente, principalmente por ocasião de realização das atividades de trabalhos relacionados às mostras de cultura afro-brasileira e africana, alguns familiares questionam determinadas práticas pedagógicas realizadas pelos professores como visita a quilombos, estudo dos orixás, estudo da cultura afro-brasileira em suas manifestações na dança, na religião e na música. Os questionamentos são poucos, mas tencionam a relação com a comunidade escolar e com os estudantes que “ensaiam” não participar dessas atividades. Normalmente o caminho encontrado é do diálogo com familiares e estudantes visando manter as práticas pedagógicas e a abordagem dos conteúdos citados

acima. Contudo, julgamos importante avançar no convencimento de que tais temas não podem ser apagados do currículo como já foi feito historicamente na educação. Nosso projeto alimentou a esperança de que, cada vez mais, profissionais da educação, familiares e estudantes se convencessem de que não é possível falar de justiça, paz, respeito e construção de uma educação escolar e de uma nação melhores se não houver um trabalho efetivo sobre o respeito à diversidade em todos os sentidos.

Não alicerçamos nossa iniciativa a partir da premissa da afirmação de um credo religioso mediante a exclusão de outros. Contudo, não tínhamos como negar que historicamente houve a prevalência de rituais cristãos nas escolas públicas brasileiras, mesmo quando estas estiveram – como agora o estão – sob uma legislação que as declara laicas. Essa assimetria ainda persiste e pudemos observar na EMFF algumas práticas que se naturalizaram ao longo de anos. Para exemplificar, citamos a oração do Pai Nosso que até o final de 2015 era realizada diariamente no momento de entrada dos estudantes do primeiro turno (faixa etária de 6 a 11 anos). Lembramos, ainda ser comum, quando da celebração da Páscoa e do Natal, a realização de pequenas encenações, danças e outras manifestações, de tal forma essas datas do calendário litúrgico já tinham sido naturalizadas e estavam incorporadas pela cultura escolar. Nunca é demais lembrar que os rituais e celebrações características de outras crenças – notadamente as de matriz africana – não encontravam e não encontram semelhante ambientação e aceitação para que pudessem e possam se manifestar.

Apesar de anos de trabalho na temática étnico-racial, a EMFF ainda não havia superado esses preconceitos e estigmas que pesam sobre os símbolos e ritos relacionados aos cultos afro-brasileiros. Ainda era comum observarmos palavras depreciativas e chacotas sendo proferidas para se referir a elementos das religiões de matriz africana. Sabíamos que essa não seria uma tarefa fácil, mas tínhamos consciência de que precisaríamos enfrentá-la. O primeiro passo já tinha sido dado, o reconhecimento de que não é possível ficarmos alheios ao que acontece no cotidiano da escola, o segundo seria a estruturação de uma proposta que pudesse ser colocada em prática a partir daquele ano de 2016 que compreenderia várias ações que permitiriam a concretização dos projetos que visassem desvelar o olhar sobre a questão religiosa na escola, questionando as permanências e naturalizações de práticas que precisavam ser



suprimidas, combatendo qualquer forma de preconceito e discriminação no que tange a religião, orientação sexual, gênero, idade, raça/cor dentre outras.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS

De acordo com a cartilha elaborada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004), “O Estado Brasileiro é laico”. Isso significa que ele não deve ter, e não tem religião. Tem sim, o dever de garantir a liberdade religiosa. Diz o artigo 5º, inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”.

Quanto ao ensino religioso a CF/88 define que “o ensino religioso na grade da educação básica das escolas públicas: uma disciplina de oferta obrigatória, mas com matrícula facultativa, a cada estudante” (Brasil, 1988). Essa especificação da constituição só foi regulamentada com a LDB9394/96. Pela complexidade do tema, a lei foi alvo de várias revisões. A principal mudança no texto da LDB foi a retirada dos tipos de ensino religioso (não há menção ao ensino confessional ou interconfessional), a proibição da prática do proselitismo religioso e a delegação aos sistemas de ensino da tarefa de definir conteúdos e formas de habilitação de professores de ensino religioso. As entidades cristãs tiveram forte presença na revisão da lei, em especial a Igreja Católica para garantir o ensino religioso nas escolas públicas. A LDB reafirma o caráter facultativo da disciplina, determinando que o conteúdo deva respeitar a diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo, por isso, vedado o proselitismo. O artigo 33 da LDB define que os sistemas de ensino estabelecerão o conteúdo e as formas de habilitação e admissão dos professores para o ensino religioso. Isso significa que estados e municípios definem como será o ensino religioso em seus sistemas. No Brasil existe uma diversidade de formas de organização do ensino religioso nas escolas públicas.

No caso de Minas Gerais prevalece o ensino interconfessional:

O objetivo do ensino religioso é a promoção de valores e práticas religiosas em um consenso sobreposto em torno de algumas religiões hegemônicas à sociedade brasileira. É passível de ser ministrado por representantes de

comunidades religiosas ou por professores sem filiação religiosa declarada. (Diniz et. al, 2010, p.46).

De acordo com Oliveira

No final da década de 1980, a disciplina de Ensino Religioso foi suprimida do currículo escolar da Rede Pública de Educação do município de Belo Horizonte. Essa decisão se baseou em duas justificativas: uma que denunciava o caráter confessional da referida disciplina e a outra que destacava o caráter laico da Escola Pública (Oliveira, s.d., p.1).

O mesmo autor relembra que com a implantação do Programa Escola Plural em 1996 na rede municipal, tal perspectiva não foi alterada, mesmo considerando-se a LDB, ficou instituído para as escolas municipais de Belo Horizonte:

A nova proposta educacional de BH confirmou a supressão do Ensino Religioso do núcleo das disciplinas obrigatórias do Ensino Fundamental. Para se adequar ao artigo 33 da LDB que diz que o ensino religioso é parte integrante da formação básica do cidadão, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) estabeleceu que os saberes próprios dessa disciplina fossem trabalhados como temas transversais. Contudo, não existe nenhum documento oficial que sugira como pode ser tratada essa dimensão humana no contexto escolar, assim permanece de forma implícita (Oliveira, s.d., p.2).

No Plano Curricular de 2015 da EMFF consta que o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é contemplado no planejamento pedagógico da escola. Como não há definição de forma e conteúdo fica a critério de cada escola trabalhar a temática de forma transversal às diversas disciplinas e conteúdos ministrados na escola. Não sabemos como essa abordagem é realizada nas salas de aula da EMFF, pois não existem registros sobre isso. É sabido, principalmente nos conteúdos de história, que o tema da religião está presente tais como: catequização dos indígenas pelos colonizadores europeus, mitologia grega e romana, poder da Igreja Católica no período medieval, a inquisição, reforma protestante e contrarreforma católica, a expansão do Islamismo, os conflitos religiosos atuais etc. Mas também pode-se intuir que um ou outro profissional da educação realize abordagens em sala de aula ou em outros espaços, mais voltadas para as suas crenças religiosas tais como reflexões, orações, utilização de salmos e provérbios etc.

O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A partir da definição do tema e de estudos e discussões preliminares, a coordenação da MCABA, organizou um conjunto de objetivos concernentes ao processo formativo dos profissionais da educação da escola. O processo de formação em serviço é uma prática constante da EMFF e é protagonizado pela gestão escolar que tem papel fundamental na realização de suas propostas político pedagógicas, bem como garante a continuidade e institucionalização da educação para as relações étnico-raciais no currículo da escola. Enfatizamos o compromisso da equipe gestora da EMFF ao assumir institucionalmente experiências e projetos cujo objetivo é a promoção da igualdade racial. Principalmente tendo em vista que isso se dá diante de um quadro em que a maioria das experiências escolares de promoção da igualdade racial, têm dificuldades para se institucionalizar. Já é sabido, a partir de inúmeras pesquisas na área (Santana, 2001 e 2011), (Dias, 2005), que para o êxito da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, é de fundamental importância considerar as iniciativas isoladas, mas buscar ampliá-las, de modo a que venham alcançar maior efetividade como prática pedagógica institucionalizada.

A EMFF conseguiu institucionalizar a temática devido a uma série de motivos e um deles foi o envolvimento e compromisso ético da gestão garantindo não somente suporte material aos projetos desenvolvidos como mobilização dos profissionais da escola e comunidade escolar para o engajamento na realização das ações, apoio pedagógico e financeiro para a execução dos projetos e garantia dos processos de formação.

Os objetivos elencados para a realização do projeto de respeito à diversidade religiosa foram os seguintes:

- ✓ Trabalhar a temática do direito à liberdade religiosa de forma transversal em todas as turmas, desde a educação infantil, transdisciplinarmente e com a definição de conteúdos no desenrolar do processo de formação dos profissionais da escola.
- ✓ Integrar o projeto ao currículo da escola de forma permanente.
- ✓ Traçar como eixo do projeto a temática das relações étnico-raciais e cultura e história africana e afro-brasileira.

- ✓ Possibilitar a compreensão de que na escola e no Brasil o processo de discriminação e intolerância religiosa atinge principalmente os adeptos das religiões de matriz africana.
- ✓ Compreender de forma crítica os processos históricos de constituição das religiões no Brasil.
- ✓ Compreender como se estabelecem os preconceitos e discriminações contra determinadas religiões no Brasil.
- ✓ Iniciar estudos sobre as principais vertentes religiosas presentes no Brasil e seu entrelaçamento com as relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e africana.
- ✓ Conhecer a legislação sobre a questão religiosa no Brasil inclusive na educação.
- ✓ Possibilitar a construção de estratégias de abordagem frente ao preconceito religioso envolvendo estudantes, profissionais e familiares na escola.
- ✓ Possibilitar o desenvolvimento do projeto em todos os espaços escolares.
- ✓ Subsidiar a construção de metodologias para o trato da temática na sala de aula e em outros espaços considerando a faixa etária dos estudantes.
- ✓ Subsidiar a produção de materiais didáticos para o trato da temática na escola.

A partir dos objetivos foram listadas as principais ações que precisariam ser desenvolvidas para que os projetos pudessem ser realizados nas salas de aula. Julgamos pertinente apresentar aqui essas ações para demonstrar a necessidade de um planejamento bem estruturado para o sucesso do projeto. As ações preliminares foram:

- ✓ Reunião da coordenação pedagógica (incluindo-se direção da escola sede e UMEI) para elaboração da proposta.
- ✓ Realização de enquête on-line com todos os profissionais da escola sobre suas impressões quanto a questão religiosa.
- ✓ Organização da proposta de formação.
- ✓ Reunião com o Colegiado escolar para a apresentação da proposta e convite para participar do processo de formação na escola.
- ✓ Reunião com os membros das igrejas/templos localizados na rua da escola para conhecerem o projeto e se engajarem no mesmo na medida do possível.
- ✓ Encontro preliminar com especialista em cultura religiosa para afinar as concepções do projeto.

- ✓ Realização de uma pesquisa com os estudantes sobre suas vinculações religiosas.
- ✓ Mapeamento dos materiais disponíveis na escola que tratam da temática (cartilhas, livros, revistas, filmes etc.) e confecção de um folheto com a listagem desses materiais.
- ✓ Aquisição por parte da direção da escola e UMEI de materiais adequados para o trabalho com as diversas faixas etárias.
- ✓ Produção de um vídeo com depoimentos de estudantes e profissionais da escola a respeito de sua religiosidade, produção de outro vídeo sobre o território da EMFF e os templos religiosos nele localizados¹⁰.
- ✓ Produção de um dicionário temático/conceitual.
- ✓ Produção de registros de todo o processo de formação e execução do projeto na escola.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A proposta de formação buscou contemplar uma série de questões para subsidiar o trabalho dos profissionais da escola. Todos os segmentos de funcionários participaram dos processos de formação. Foi traçado o perfil dos formadores a partir dos objetivos do projeto e das demandas de formação. A maioria tinha vinculação direta com uma religião em especial além de serem estudiosos e pesquisadores acadêmicos das temáticas. Os principais temas trabalhados foram: aspectos éticos no tratamento da religiosidade na escola; contexto histórico da diversidade religiosa no Brasil; legislações sobre o ensino religioso; visão crítica sobre as questões religiosas no Brasil e nas escolas; o candomblé: história, fundamentos/princípios, simbologia, processos de “intolerância”, abordagens sobre a religião na escola; o espiritismo kardecista; o catolicismo e a incorporação da temática afro-brasileira; igrejas protestantes e evangélicas e as questões da temática afro-brasileira e subsídios para o trabalho pedagógico com a temática na escola.

O processo de formação resultou no desenvolvimento de ações visando a construção de uma proposta de trabalho para ser desenvolvida junto aos estudantes, considerando o percurso formativo dos profissionais da escola, suas áreas de atuação, a

¹⁰Esse vídeo pode ser acessado na página do facebook da escola “E.m. Florestan Fernandes”.

faixa etária dos estudantes e os princípios éticos que tal tarefa requer. Foi feita uma escuta a partir das formações para compreender os impactos dos conteúdos e suas abordagens nas concepções dos professores. Abaixo alguns relatos das rodas de conversa:¹¹

SOBRE OS TEMAS E CONTEÚDOS ABORDADOS PELOS FORMADORES

A quebra de paradigmas, os “pré-conceitos”, uma percepção da necessidade de respeito a esta diversidade religiosa pois somos seres diversos em suas crenças e ninguém separará aquilo em que acredita. Percebemos que precisamos ser mais éticos e respeitosos. A tolerância é uma palavra forte que remete a uma aceitação forçada, mas talvez, sem o respeito devido. Refletimos a respeito de o tema, a disciplina como queiram, não ser chamado Ensino Religiosos.

O grupo concorda plenamente com o não favorecimento dessa ou daquela religião. Em relação a qualidade sentimos que a escola pública em geral, não prepara o aluno para competir lá fora, ou mesmo para os desafios que os mesmos vão enfrentar no futuro. Os alunos sentem-se cheios de direitos, porém com poucos deveres. Intolerância é uma palavra forte, o que acreditamos existir é o desconhecimento da verdade do outro com isso surge o medo e o afastamento. Os pais devem ser envolvidos nos trabalhos da escola que visam a quebrar preconceitos sejam eles religiosos ou de outro tipo.”

Desafio da escola é trabalhar respeitando a diversidade religiosa, valorizando e respeitando as crenças e religiões de cada um. A escola deve ser laica, mas não deixar de trabalhar a diversidade religiosa. A ausência é bem pior (negligência). Silenciar não é a solução. Conteúdo de preconceito por causa do desconhecimento, da falta de informação e intolerância gerando desrespeito (INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS). Aprendemos que é necessário ter uma reflexão equilibrada, justa, valorizando e apreciando o que cada um traz para a escola, realizando e buscando ter juízos moderados e promovendo a paz. O Tema mostrou que não conhecemos o bastante e que em toda situação precisamos buscar informação, coletar dados sobre a turma/alunos para agir de forma menos preconceituosa conhecer o contexto/realidade para errar menos.

SOBRE A LAICIDADE DA ESCOLA E O TRATO DAS QUESTÕES RELIGIOSAS NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola é laica, sabemos disso. Mas até que ponto os alunos e pais têm noção disso? Até que ponto a escola se posiciona a frente da diversidade religiosa? Até onde se pode chegar com a discussão sobre as religiões na escola. Até então não se percebe que a escola já está impregnada das festas e simbologias católicas no seu dia a dia. Para falar de qualquer outra religião, só em contextos especiais, de estudo, de projetos.

¹¹ Optou-se aqui por manter o anonimato com relação à autoria dos relatos transcritos.



A laicidade da escola e a minha religiosidade não podem invisibilizar o debate sobre o direito à liberdade religiosa). Trabalhar o processo histórico das religiões. Não sobrepor nenhuma manifestação religiosa à outra. Prestarmos atenção às nossas práticas cotidianas que na maioria das vezes está estabelecida em valores tão introjetados que não nos damos conta que ferimos o direito de ser do outro.

SOBRE AS PRÁTICAS DE FESTIVIDADES DE CARÁTER RELIGIOSOS NAS ESCOLAS

Festas com a temática religiosa pode ser trabalhada por fazer parte da cultura das crianças. Pode-se procurar trabalhar a Páscoa em seus diversos aspectos. Como cada grupo religiosos por exemplo vê, comemora a Páscoa.

Com relação a escola que cortou as festividades por causa da religião, acreditamos que a escola não deve deixar todas de lado. Perde-se o espaço para a discussão outra vez. É na escola que esses movimentos podem acontecer. O mais importante é ter um olhar mais crítico e mais amplo com relação a essas festas que se comemoravam na escola. Não só fazer por fazer. Algumas festas fazem parte da cultura brasileira e a escola é o lugar onde se pode trabalhar com profundidade e de forma coletiva. Algumas comemorações precisam ser reformuladas retrabalhadas para que ganhem outras interpretações que não somente as comerciais com a Páscoa.

Pode-se depreender desses relatos e dos levantamentos anteriormente citados que a maioria dos docentes possui uma vinculação religiosa. Outra constatação foi o fato de que a resistência às mudanças tensionaram as reflexões dos docentes. Estas tenderam a se acentuar em determinado momento, uma vez que, a naturalização de algumas práticas escolares foi sendo questionada a partir das provocações dos formadores, enfáticos em defender o princípio da laicidade para que nenhuma religião fosse beneficiada e nem mesmo discriminada no processo educativo. O tensionamento, contudo, não inviabilizou a busca pela compreensão das inúmeras questões implicadas na discussão da temática religiosa num ambiente escolar cujo público é formado por crianças e adolescentes.

O DIÁLOGO COM AS FAMÍLIAS

Foram realizadas reuniões com o Colegiado Escolar para apresentação do projeto e na sequência as famílias também foram convidadas tomarem conhecimento do projeto e discuti-lo. Para essa conversa contamos com a participação de um dos nossos



formadores. Aqui também o diálogo foi rico e marcado por tensões, principalmente no que se refere às preocupações com um possível ensinamento doutrinário de uma ou outra religião.

Apesar de ser constantemente lembrado que o objetivo do projeto não era doutrinário, no sentido de propugnar pela defesa intransigente do ensino de uma determinada religião, algumas famílias demarcaram suas posições e algumas se mostraram completamente contrárias a execução do projeto. Em alguns casos sugeriram que deveriam ser abordadas somente as religiões cristãs. Foram realizadas várias rodadas de conversas com as famílias, organizadas pela gestão ou por demanda da própria comunidade. As oposições eram tratadas com respeito, mas com a firmeza por parte da gestão ao afirmar que o projeto iria ser realizado por princípios éticos e porque a escola estava respaldada pela legislação.

Além do mais foi acrescentado ser a abordagem e o estudo do tema algo urgente e necessário diante do cenário de intolerância religiosa no âmbito da sociedade e da escola. Nesse processo de diálogo com as famílias ficou evidente o preconceito e o temor de que as religiões de matriz africana fossem ensinadas às crianças e aos adolescentes. Ao final de muitas conversas as famílias foram chamadas a depositar confiança na escola e a permitir que seus filhos participassem do projeto sem restrições.

A EXECUÇÃO DO PROJETO JUNTO AOS ESTUDANTES

A partir das reflexões, estudos, discussões em grupo foram sendo construídos os percursos educativos a serem trabalhados com os estudantes. A organização para o trabalho coletivo dos docentes foi fundamental para o planejamento, organização e acompanhamento das atividades. A organização permitiu encontro de pequenos grupos de docentes sempre acompanhados por um ou dois coordenadores pedagógicos. Nesses encontros foram escolhidos os subtemas, as abordagens, os textos e atividades e a culminância dos projetos como produções para a MCABA.

Para o 1º e 2º ciclos optou-se por introduzir um conjunto de religiões a partir de uma personalidade significativa e associando a alguns valores e religiões.¹² A partir das

¹² Buda, Budismo, valor: compaixão. Jesus Cristo, Judaísmo, valores: bondade e amor. Francisco de Assis: Cristianismo, valores: humildade e simplicidade. Mahatma Gandhi, Hinduísmo, valor: perseverança. Mandela, Cristianismo, valores: perdão, perseverança e respeito. Mãe Menininha do



biografias das personalidades escolhidas, foram trabalhados elementos históricos, simbólicos e rituais de cada uma das expressões religiosas e também uma definição do ateísmo para desmistificar a ideia de que a pessoa que não acredita em Deus é má, pensamento recorrente entre as crianças e os adultos da escola. As biografias, histórias, provérbios e músicas trabalhadas contribuíram para trazer mais informações aos estudantes como também geraram muitas reflexões e conversas que foram enriquecidas com exemplos trazidos da experiência de cada um e de cada uma.

No 3º Ciclo optou-se por trabalhar com uma introdução localizando a temática do projeto e a importância do respeito à diversidade religiosa. O material detonador foi o vídeo produzido pela Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura “Filhos do Brasil” – Diga não à intolerância religiosa” (2016). A partir da exibição do vídeo foram desencadeadas rodas de conversa sobre a diversidade religiosa, intolerância, discriminações por religião, principais preconceitos com as religiões, apelidos depreciativos para os adeptos das religiões de matriz africana, depoimentos. Nesse processo foram levantadas muitas dúvidas que estavam ancoradas no desconhecimento e no preconceito para com algumas religiões especialmente candomblé, umbanda, espiritismo kardecista, budismo, islamismo. As religiões cristãs e judaicas foram as mais poupadas quanto aos preconceitos.

A partir das rodas de conversas foram levantados subtemas de interesse dos estudantes que iniciaram um processo de pesquisa e na sequência um processo de sistematização e registro de diversas formas: artes plásticas, confecção de objetos, apresentação de dança e teatro, produção de vídeo, produção de textos, desenhos, histórias em quadrinho etc. Nos três ciclos de formação os subtemas versaram sobre rituais, símbolos, vestimentas e festas, ligados as diferentes vertentes religiosas, divindades, valores etc. sem perder de vista o eixo estruturador de direito à diversidade religiosa com ênfase nas religiões de matriz africana. A culminância do trabalho desenvolvido ao longo de nove meses resultou na VIII Mostra de Cultura Afro-

Gantois, Candomblé, valor: ancestralidade. Chico Xavier, Espiritismo Kardecista, valor: caridade. Dráuzio Varella, Ateísmo, valores: solidariedade e fraternidade. Clara Nunes, Umbanda, valor: generosidade. Malala Yousafzai, Islamismo, valor: justiça.

Brasileira e Africana realizada no mês de novembro de 2016. Estudantes, profissionais da educação e comunidade de forma geral tiveram participação maciça no evento¹³.

CONCLUSÕES

Apontamos que a implementação da lei 10.639/03 na EMFF seguiu um percurso relativamente longo ao cabo do qual colhemos frutos promissores. Muitos são os elementos e enfoques a serem considerados para uma justa avaliação de seu impacto na formação dos variados segmentos que compõem a comunidade escolar. Neste texto procuramos relatar um dos percursos que nos levaram a destacar a necessidade de se produzir conhecimentos sobre a diversidade religiosa em sua complexidade e nas variadas formas de como a questão convoca a educação escolar no atual momento da história brasileira.

Dentre os variados elementos presentes e anteriormente esboçados em nosso relato, ressaltamos dois, por avaliarmos serem os mesmos bastante significativos no processo de implementação de uma educação voltada para a valorização e respeito à diversidade. O primeiro deles é a persistência das iniciativas ao longo do tempo. O outro é o que chamamos de institucionalização de tais iniciativas por parte da direção e de toda a equipe pedagógica da EMFF.

Muitas são as iniciativas brilhantes de experimentos educativos que procuram valorizar uma educação para a diversidade, interrogando as formas tradicionais de se pensar e de se praticar os currículos escolares. Sem desconsiderar o seu valor, muitas vezes constatamos que tais iniciativas não conseguem maior abrangência junto aos docentes e grupo de gestão das unidades escolares. Pode-se aqui fazer uma analogia com as políticas públicas que não sobrevivem ao fim de um mandato de governo, não chegam a se constituir em políticas de estado. Guardadas as especificidades, pode-se dizer que as durações de determinadas iniciativas no campo da educação escolar seguem a mesma lógica. Assim, avaliamos que a continuidade das atividades desenvolvidas no decorrer de quase dez anos na EMFF para a implementação do que estabelece a lei 10.639/03, sinaliza positivamente para sua efetiva incorporação ao campo de disputas entre as forças que constituem o currículo escolar.

¹³ As fotos do evento podem ser conferidas na página do facebook da escola “E.m. Florestan Fernandes.”

O segundo aspecto – o da institucionalização – nos remete para a importância de se fortalecer o paradigma gestão democrática nas escolas. Por gestão democrática estamos afirmando aqui as iniciativas de gestores comprometidos com uma educação pública de qualidade, socialmente responsável e eticamente engajada com as causas sociais de seu tempo. Apresentar aos educadores e estudantes conteúdos sistematicamente invisibilizados ao longo de nossa história sob a proposta de projetos de trabalho desafiadores também é uma forma de exercer de forma democrática as funções nas quais estão investidos.

Trabalhar o respeito à diversidade religiosa, buscando valorizar diferenças e singularidades em meio à pluralidade de suas manifestações é sem dúvida uma iniciativa ao mesmo tempo desafiadora e auspiciosa. Sobretudo quando isso é feito em uma conjuntura de intolerância, onde os preconceitos de toda ordem querem se fazer prevalecer sobre o bom senso e os desafios inerentes a uma formação social múltipla como a nossa.

Lembremos também que o caráter pedagógico da gestão se estende ao corpo docente e ao seu comprometimento com as iniciativas propostas. Dizer isso não anula o caráter conflitivo do processo. Nunca é fácil problematizar comportamentos, práticas e rotinas cristalizadas ao longo do tempo. Talvez um dos avanços mais significativos para os docentes tenha sido colocar a temática da diversidade religiosa em perspectiva e indagá-la, para além da sua afiliação a uma determinada crença. Indagar as religiões, sob a ótica da antropologia, da história, da filosofia da arte etc., contribui em muito para o acolhimento respeitoso das manifestações religiosas em suas múltiplas formas de se dar a ver no mundo. Isso é válido no espaço escolar, sobretudo em relação às religiosidades vistas de forma mais preconceituosa como é o caso mais evidente daquelas de matriz africana.

Somos firmes no propósito de que práticas como as que possibilitaram este relato viabilizarão para os estudantes novos modos de ver e de se relacionar de forma respeitosa com as diferentes manifestações culturais que conformam os modos de se viver e de saber na contemporaneidade. Dito isso, encerramos o presente relato cientes de que as perspectivas estão abertas para trabalhos futuros. Ocupamo-nos aqui em ressaltar aqueles elementos que julgamos exemplificar um dos muitos desafios inerentes à questão da educação escolar na sua relação com um projeto de formação humana que

prime pelo respeito à diversidade. Contudo sabemos que muitos outros aspectos podem e precisam ser abordados na perspectiva de uma pedagogia que se que quer socialmente crítica e que dê conta de acolher os desafios postos cotidianamente para que a educação pública brasileira a eles responda de forma afirmativa e construtiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Governo Federal, 2004.

CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na escola*. São Paulo Ação Educativa, 2013.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639/03. In: BRAZIL. *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília; Ministérios da Educação, 2006, p.49-64.

DINIZ, D.; LIONÇO, T.; CARRÃO, V. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: Unesco, Editora UnB, 2010.

OLIVEIRA, Heli Sabino. *Laicidade e religiosidade em escolas públicas de BH*. Disponível em: <http://www.gper.com.br/noticias/58aa2a86d7cf27ea777d65b46ba5db1c.pdfres>. Acessado em: 25/11/2017.

SANTANA, Patrícia M. Santana. Rompendo as barreiras do silêncio: projetos pedagógicos discutem as relações raciais em escolas municipais de Belo Horizonte. In: SILVA, Petronilha B. G. e PINTO, Regina P.(Orgs). *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

SANTANA, Patrícia M. S. A Experiência de Belo Horizonte na promoção da igualdade racial na educação. In: Paidéia – *Revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde/FUMEC*. Belo Horizonte: FUMEC, 2011, p.127-149, Ano 8 n. 11.

Vídeo: *Filhos do Brasil - Diga não à intolerância religiosa*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIZkLBDYYWI>. Acessado em 26/11/2017.

*Recebido em outubro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*